



MBH. *Digital cryptography section in Cryptography Museum*. 6 maio 2025.
Fotografia digital. Licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).
Disponível em: Wikimedia Commons.
Acesso em: 25 fev. 2026

ALGORITMO COMO INSTÂNCIA CRÍTICA?

VICTOR T. MURARI – ABCA/SÃO PAULO

RESUMO: O artigo analisa a transformação do juízo crítico na arte contemporânea sob a consolidação de regimes algorítmicos de mediação cultural. Sustenta que o problema excede a adoção instrumental de ferramentas digitais, pois desloca a autoridade interpretativa para infraestruturas de cálculo que organizam visibilidade, circulação e relevância. Examina-se como plataformas de recomendação e modelos de linguagem reconfiguram a mediação por métricas, similaridade estatística e plausibilidade discursiva, com efeitos sobre temporalidade, historicidade e governança cultural. Conclui-se que a crítica tende a assumir uma função de auditoria cultural, voltada a explicitar parâmetros de seleção e a recolocar em disputa seus critérios

PALAVRAS-CHAVE: mediação algorítmica; crítica de arte; plataformas digitais; governança cultural; vieses algorítmicos.

ABSTRACT: The article analyzes the transformation of critical judgment in contemporary art under the consolidation of algorithmic regimes of cultural mediation. It argues that the issue exceeds the instrumental adoption of digital tools, as it shifts interpretive authority toward computational infrastructures that organize visibility, circulation, and relevance. It examines how recommendation platforms and language models reconfigure mediation through metrics, statistical similarity, and discursive plausibility, with consequences for temporality, historicity, and cultural governance. It concludes that art criticism tends to assume a role of cultural auditing, making selection parameters explicit and reopening contestation over their criteria.

KEYWORDS: algorithmic mediation; art criticism; digital platforms; cultural governance; algorithmic bias.

INTRODUÇÃO

Até recentemente, o juízo crítico era pensado como um exercício situado. Diante de uma obra de arte, o olhar articulava referências históricas, contextos de produção e critérios de valor que se reconheciam como parciais e discutíveis. O ato crítico não se esgotava na obra em si, pois dependia dos circuitos artísticos, de instituições, de debates públicos e de repertórios compartilhados. Hoje, essa relação tende a ser atravessada por uma mediação menos perceptível, vinculada a ambientes digitais que determinam o que aparece, em que sequência e com qual intensidade de exposição. Antes que a leitura se formule como argumento, já operaram filtros, agrupamentos por similaridade, ranqueamentos e sistemas de recomendação que expandem algumas presenças e eclipsam outras, modulando o campo do que é visto e do que permanece à margem. É a partir desse deslocamento que se organiza esta proposta, voltada a examinar como a consolidação de regimes algorítmicos de mediação

cultural altera, de modo estrutural, as condições da formação do juízo crítico, transferindo parte decisiva da produção de visibilidade e circulação para infraestruturas de cálculo.

Por regimes algorítmicos entende-se um arranjo técnico-institucional que integra plataformas, bases de dados, protocolos de indexação e sistemas de recomendação, organizando a visibilidade, a classificação e a circulação das obras por meio de modelos matemáticos orientados à otimização e à predição. A pertinência do argumento decorre menos da presença generalizada de ferramentas digitais no campo artístico e mais do deslocamento gradual da autoridade interpretativa para infraestruturas computacionais que governam a atenção pública, reconfigurando o espaço no qual a crítica pretende atuar.

Nossa hipótese central sustenta que o fenômeno em curso não se reduz a uma atualização instrumental da crítica, como se novas ferramentas apenas acelerassem rotinas já

consolidadas. O que se observa é uma mutação epistemológica que transforma a própria produção e validação do julgamento. Referimo-nos, portanto, a uma racionalidade que não precisa persuadir, pois se impõe como sistema, e cuja normatividade se fundamenta na consistência interna do cálculo, isto é, na coerência entre dados, parâmetros e na maximização de desempenho segundo métricas definidas pela otimização. Com isso, a questão crítica se desloca do conteúdo das interpretações e passa a incidir sobre as condições infraestruturais que tornam certas interpretações prováveis, repetíveis e premiadas, enquanto outras se tornam raras, invisíveis ou economicamente disfuncionais. Devemos esclarecer, contudo, que o problema não é a existência de modelos matemáticos na esfera crítica, mas o fato de que eles agem conforme dispositivos de adjudicação silenciosa, substituindo a disputa argumentativa por uma administração preditiva e assimétrica do sensível.



Joana Chicau realizando *live coding* visual em console de navegador web, V2_ Lab for the Unstable Media, Rotterdam, 2019.

Fonte: V2_, Lab for the Unstable Media (2019), sob licença Creative Commons CC BY-SA 4.0

MEDIAÇÃO ALGORÍTMICA

A mediação exercida por esses modelos torna-se mais clara quando observamos situações concretas de acesso e organização das obras no ambiente digital. Em primeiro lugar, nas plataformas de circulação de conteúdos culturais, o que chega ao usuário costuma ser ordenado por mecanismos de recomendação que combinam medidas de similaridade estatística com sinais de desempenho, como por exemplo, tempo de permanência, frequência de cliques e recorrência de visualizações. Tais mecanismos não operam de forma neutra, eles resultam de objetivos comerciais e de um conjunto de dados que carrega, em sua própria estrutura, determinadas concepções sobre o que é relevante. O critério de relevância, aqui, não é definido por uma tradição crítica, mas pela otimização de métricas de engajamento, o que, no limite, equivale a perguntar não “o que esta obra significa?”, mas “o que este usuário, estatisticamente, tende a consumir a seguir?”.

Essa lógica tem consequências diretas sobre a experiência estética e interpretativa. Quando uma obra é exibida em função de sua semelhança com conteúdos previamente visualizados, o algoritmo efetivamente propõe uma leitura, pois sugere equivalências, estabelece séries, constrói contextos de recepção. De certo modo, o que se vê como ato técnico, é também um gesto crítico, mas exercido sem as responsabilidades e os comprometimentos que caracterizam a crítica como prática discursiva. A crítica algorítmica não justifica suas escolhas, não assume perspectiva, não dialoga com a obra em seus termos próprios. Ela simplesmente exhibe, como se tal ação fosse um ato transparente. Nesse processo, o que se perde é a dimensão argumentativa da mediação cultural, a possibilidade de que o encontro entre o público e a obra seja mediado por uma inteligibilidade que vá além da continuidade estatística do gosto.

Nesse deslocamento, camadas decisivas da obra tendem a ser tratadas como informação secundária. O resultado é uma inversão epistemológica silenciosa: em vez

de a infraestrutura técnica servir à interpretação, é a interpretação que passa a ser moldada pelo que a infraestrutura técnica consegue processar. O problema, nesse sentido, não é a quantificação em si, mas a tendência estrutural de tomar o que é computável como aquilo que é mais pertinente, isto é, um reducionismo que empobrece a leitura pública da obra e desloca seu significado para o terreno estreito e desnutrido do que pode ser medido.

Um terceiro ponto de fricção pode ser identificado no uso de modelos de linguagem, como ChatGPT, capazes de produzir comentários críticos fluentes e socialmente aceitáveis a partir da recombinação de regularidades discursivas aprendidas em grandes bancos de dados textuais. Para compreender o que isso significa na prática, é preciso distinguir dois tipos de operação fundamentalmente distintos. A crítica de arte como prática discursiva pressupõe um sujeito que assume perspectiva, articula critérios e responde por seus julgamentos diante de uma

obra e de um contexto histórico determinado. Os modelos de linguagem, por sua vez, não interpretam nem julgam, somente identificam padrões estatísticos de co-ocorrência textual e os recombina em sequências linguisticamente plausíveis, sem que haja, nesse processo, qualquer relação com a obra, com seu contexto ou com as disputas de sentido que a atravessam. O resultado tende a ser não um julgamento crítico situado, mas uma forma de plausibilidade estatística que reproduz convenções estabilizadas da escrita sobre arte, com seus consensos, clichês e limitações históricas, conferindo aparência de autoridade interpretativa a um procedimento que é, em sua natureza, alheio à interpretação. O que salta aos olhos nesse debate é, portanto, uma mudança de eixo. A autoridade do discurso e da subjetividade do crítico bandeou-se para a aparência de objetividade técnica. Com frequência, o algoritmo é apresentado como uma instância neutra e superior, capaz de ordenar conteúdos de modo desinteressado, portanto, infalível.

TEMPORALIDADE E INDIFFERENCIAÇÃO HISTÓRICA

A crise do juízo crítico deve ser compreendida à luz de uma transformação mais ampla da experiência do tempo. O diagnóstico de Paulo Arantes acerca da “era da indiferenciação” oferece uma chave interpretativa relevante para pensar o que poderíamos chamar de tempo algorítmico. Para Arantes, a contemporaneidade se caracteriza pelo colapso da tensão entre passado e futuro que sustentava o projeto moderno, resultando em um presente contínuo e sem horizonte de ruptura. Essa formulação adquire uma dimensão concreta quando aplicada ao funcionamento dos sistemas algorítmicos de mediação cultural, pois esses sistemas não operam segundo uma lógica de descontinuidade ou de negatividade histórica, mas segundo a lógica da recorrência estatística. Se, no regime moderno, a crítica buscava identificar na obra uma negatividade capaz de interromper a continuidade histórica, de produzir estranhamento ou de abrir a experiência estética para o que ainda não havia sido assimilado, os algoritmos de recomendação tendem

a fazer o movimento oposto, em sentido estrito, buscam reforçar o que já foi consumido, amplificar o que já foi validado e neutralizar o que resiste à familiaridade. O tempo que eles produzem não é o tempo da ruptura, mas o da repetição administrada, no qual a novidade é tolerada apenas na medida em que é estatisticamente compatível com o que veio antes.

O algoritmo não projeta o novo. Ele reorganiza o passado em função de probabilidades futuras. Sua temporalidade é retrospectiva e cumulativa, ancorada em bancos de dados que consolidam padrões de engajamento já estabilizados. É precisamente por isso que a lógica algorítmica não é apenas indiferente à ruptura, mas estruturalmente avessa a ela. O que não encontra precedente nos dados tende a ser sub-representado, não por censura deliberada, mas por ausência de parâmetros de reconhecimento. Dentro desse regime, a obra de arte tende a perder seu caráter de acontecimento para assumir a forma de ativo circulante, mensurável em termos de alcance, retenção e performance.



MBH. Digital cryptography section in Cryptography Museum. 6 maio 2025. Fotografia digital. Licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0). Disponível em: Wikimedia Commons. Acesso em: 25 fev. 2026

VIESES CODIFICADOS E GOVERNANÇA CULTURAL

A investigação da mediação algorítmica no campo das artes exige, fundamentalmente, uma análise da sua economia política subjacente. Os algoritmos funcionam como dispositivos de governança cultural e são, sem dúvida, responsáveis por materializar e perpetuar hierarquias históricas de poder. Seus conjuntos de dados refletem desigualdades estruturais, frequentemente reproduzindo exclusões raciais, geográficas e epistemológicas que eram anteriores ao desenvolvimento das próprias plataformas. Mesmo que tais infraestruturas não tenham inventado as assimetrias que produzem, as herdaram, e atuam de modo a estabilizá-las e conferir-lhes objetividade, o que as torna ainda mais resistentes à contestação do que eram em suas formas anteriores.

A eficácia desse fenômeno reside na transmutação do político em estatístico. No regime algorítmico, o que é marginalizado não é declarado irrelevante por uma autoridade central, somente deixa de circular e de acumular

o engajamento necessário para a visibilidade. A ausência de um agente identificável que interdite ou censure torna a exclusão estruturalmente mais estável do que aquela produzida por mecanismos explícitos de poder, pois retira da obra e de seus interlocutores o alvo contra o qual a contestação poderia se organizar. O silêncio algorítmico não proíbe, não argumenta e não se justifica, simplesmente ignora, e a não amplificação, em um ambiente em que a visibilidade é condição de existência pública, produz efeitos equivalentes aos da interdição sem assumir nenhuma de suas responsabilidades. O que se apaga, nesse processo, é a própria possibilidade de perceber que algo foi apagado, uma vez que a ausência de circulação se confunde com a ausência de relevância, e a ausência de relevância tende a ser lida, retroativamente, como confirmação de que não havia nada importante a ser visto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da consolidação de regimes algorítmicos, o papel do crítico tende a deslocar-se do comentário

autoral isolado para uma prática de leitura das condições de circulação, legibilidade e valoração que precedem o encontro estético. Se, em um horizonte anterior, a crítica operava sobretudo como mediação argumentativa entre obra, história e públicos, no presente ela precisa enfrentar uma camada infraestrutural antes mesmo que qualquer interpretação se formule. Embora o crítico não compita com o algoritmo no terreno da recomendação ou da síntese plausível, sua tarefa é explicitar a gramática de seleção que transforma visibilidade em critério de valor e continuidade estatística em regime de inteligibilidade.

É fundamental restabelecer a dimensão pública da justificativa, isto é, tornar discutíveis os parâmetros que produzem relevância e, assim, recolocar em disputa aquilo que os sistemas tendem a naturalizar como evidência técnica. O crítico assume, portanto, uma função de auditoria cultural e de tradução política, pois descreve como métricas de engajamento amplificam o senso comum na composição dos dados e nos objetivos institucionais que os orientam. Ao

fazê-lo, preserva um núcleo irredutível da crítica como prática responsável, ou mais precisamente, a capacidade de sustentar critérios, de assumir perspectiva e de produzir dissenso interpretativo contra a administração preditiva do sensível, recusando que a probabilidade de circulação substitua a disputa de sentido.

A passagem do juízo ao processamento não representa o fim da crítica de arte, mas exige sua reconfiguração. A tarefa crítica contemporânea consiste menos em avaliar objetos individuais do que em descrever e tensionar os sistemas que regulam sua existência pública. Em um contexto de governança algorítmica, a crítica recupera sua função política ao tornar visíveis os critérios ocultos que organizam o sensível. Cabe à crítica recusar tanto o fetichismo tecnológico quanto a nostalgia humanista, elaborando categorias capazes de lidar com objetos híbridos, processos distribuídos e temporalidades não lineares. É nesse deslocamento, mais do que na defesa de um juízo perdido, que reside a possibilidade de uma crítica à altura do presente.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BUCHER, Taina. *If... then: algorithmic power and politics*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

MIR, Pedro. *Fundamentos de teoria y crítica de arte*. Santo Domingo: Editora de la UASD, 1979.

NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York: New York University Press, 2018.

O'NEIL, Cathy. *Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. New York: Crown, 2016.

VICTOR TUON MURARI

Historiador da arte, curador e pesquisador brasileiro, com atuação voltada à arte digital, crítica de arte e colonialismo digital. Desenvolve os projetos independentes *Decolonial Atlas* e o laboratório-exposição *Interrupted Narratives*, dedicados a mapear práticas artísticas de resistência e a investigar regimes de mediação e governança cultural no ciberespaço. Escreve e pesquisa a respeito dos efeitos de infraestruturas algorítmicas sobre visibilidade, classificação e circulação de obras, com atenção a vieses e assimetrias epistemológicas. Integra a Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA).